



Estratégia
Carreira Jurídica

SIMULADO

PGM

SANTOS



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGM - Santos;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PGM-Santos-01-02>

Cartão de Respostas						
1	21	41	61	81		
2	22	42	62	82		
3	23	43	63	83		
4	24	44	64	84		
5	25	45	65	85		
6	26	46	66	86		
7	27	47	67	87		
8	28	48	68	88		
9	29	49	69	89		
10	30	50	70	90		
11	31	51	71	91		
12	32	52	72	92		
13	33	53	73	93		
14	34	54	74	94		
15	35	55	75	95		
16	36	56	76	96		
17	37	57	77	97		
18	38	58	78	98		
19	39	59	79	99		
20	40	60	80	100		

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

01. A respeito de conceito, elementos e formação de Estado, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.

b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição. Dessa feita, nem mesmo por emenda, a secessão poderá ser admitida.

c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.

d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.

e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea, embora constitua princípio constitucional sensível.

02. A respeito da Organização do Estado brasileiro e dos princípios fundamentais que o regem, indique a única alternativa que contém informação INCORRETA:

a) A separação de Poderes apregoada pela Constituição Federal não é rígida, de forma que um poder poderá, atipicamente, exercer a função de outro.

b) Plebiscito, referendo e iniciativa popular são exemplos de formas de exercício direto da soberania popular no Brasil. A iniciativa popular, no âmbito federal, requer a manifestação de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, dividido por pelo menos cinco estados da federação, tendo cada um deles três décimos por cento de seu eleitorado.

c) Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.

d) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos da República Federativa do Brasil.

e) A concessão de asilo político é um dos direitos fundamentais e deverá ser concedida ao estrangeiro que se encontrar em perseguição política em seu País.

03. A Constituição Federal de 1988, quanto à estabilidade, é classificada pela doutrina como

a) analítica, porque contém temas variados e um conjunto significativo de normas programáticas.

b) escrita, uma vez que está organizada em um documento solene.

c) promulgada, pelo fato de ter sido elaborada por um órgão constituinte composto de representantes do povo.

d) rígida, porque o processo legislativo destinado a fazer a atualização de seus dispositivos é mais rigoroso do que o utilizado para alterar leis infraconstitucionais.

e) formal, porque despreza o assunto e prima pela forma de sua elaboração.

04. Acerca do conceito e da classificação das constituições, assinale a opção correta.

a) A constituição, segundo a concepção política de Ferdinand Lassalle, corresponde a uma decisão política fundamental, de modo que é possível ter no Estado duas Constituições: uma real e efetiva e outra que é mera folha de papel.

b) Carl Schmitt idealizou o sentido político de Constituição, segundo o qual são normas constitucionais tudo o que estiver codificado numa lei organizadora do Estado, sem fazer qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.

c) A Atual Constituição brasileira, quanto à finalidade, é classificada como garantia, uma vez que retrata apenas o indispensável para a existência do Estado brasileiro, com o propósito de submeter todas as forças políticas existentes ao seu regramento.

d) No Brasil, dada a supremacia formal da Constituição, a distinção entre normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais é irrelevante para fins de aferição da possibilidade de controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais.

e) Toda Constituição rígida é escrita, assim como toda constituição flexível é não escrita.

05. A respeito da eficácia das normas constitucionais, nos termos da clássica definição de José Afonso da Silva, indique a assertiva que contenha norma constitucional de eficácia contida:

a) “Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (art. 5º, inciso III, da CF).

b) “Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos” (art. 230, § 2º, da CF).

c) “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (art. 5º, XV, da CF).

d) “A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública” (art. 88 da CF).

e) “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacidade tecnológicas” (art. 218 da CF).

06. A respeito da Ordem Social, aponte a alternativa correta:

a) O Sistema Único de Saúde é constituído de ações e serviços públicos de saúde que têm por diretrizes a descentralização, com direção única em cada esfera de governo, o atendimento integral e a participação da comunidade.

b) A assistência social será prestada a quem for contribuinte da seguridade social. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, e organizadas com base na descentralização político-administrativa e na participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

c) A educação básica deverá ser prestada gratuitamente a todos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na idade própria. Assim como a educação básica, o ensino médio gratuito constitui direito público subjetivo.

d) A demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios deve ser feita pelos Estados-membros, observado o disposto em lei federal, de forma a respeitar a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições das populações indígenas.

e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bens da União, são destinadas à posse permanente dos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

07. A respeito do Poder Legislativo e da autonomia estadual, assinale a opção correta, nos termos definidos pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o advogado-geral da União por crime de responsabilidade.

b) A Constituição Federal proíbe a edição de medidas provisórias estaduais.

c) A comissão parlamentar de inquérito (CPI) tem a prerrogativa para convocar Ministros de Estado a prestarem esclarecimentos, mas não podem promover a quebra de sigilo bancário de investigado.

d) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, conceder anistia. Terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura e os crimes hediondos definidos por lei não admitem anistia.

e) Nas últimas eleições, o Estado de São Paulo elegeu 70 deputados federais. A quantidade de deputados estaduais é definida a partir da quantidade de deputados federais eleitos, de forma que o número de deputados estaduais de São Paulo corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

08. No que se refere ao controle de constitucionalidade relativo à Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto os Tribunais de Justiça dos Estados têm competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal. Caso a ação seja intentada perante o Tribunal de Justiça, da decisão caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal ou estadual.

d) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, ação direta de inconstitucionalidade e nem ação declaratória de constitucionalidade.

e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

09. Acerca do Poder Judiciário e do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

b) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.

c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.

d) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.

e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

10. A arguição de descumprimento de preceito fundamental

a) não admite, diversamente da ação direta de inconstitucionalidade, a participação de órgão e entidades na qualidade de *amici curiae*.

b) conta, assim como funciona na ação declaratória de constitucionalidade, com a participação obrigatória do Advogado-Geral da União como curador da presunção de constitucionalidade da lei.

c) diversamente da ação direta de inconstitucionalidade, pode ser utilizada para arguir a incompatibilidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;

d) embora seja irrecorrível, a decisão que julga procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser objeto de ação rescisória.

e) tal qual ocorre com a ação declaratória de constitucionalidade, tem como requisito a

existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação e tem como objeto lei ou ato normativo federal ou estadual.

11. A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

a) Segundo posicionamento majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição, de maneira que haveria uma limitação material implícita ao poder de reforma da Constituição quanto à matéria.

b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

c) Os membros do Ministério Público, os Defensores Públicos e os membros da advocacia-geral da União devem ser remunerados por meio de subsídio.

d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

e) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

12. A respeito do processo legislativo

a) Compete ao Presidente da República sancionar, promulgar e encaminhar à publicação leis e emendas à Constituição Federal.

b) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, não há hierarquia entre leis ordinárias e leis complementares. Entretanto, a lei complementar tem reserva constitucional de assunto e quórum mais alto de aprovação que a lei ordinária, de maneira que não cabe à constituição estadual atribuir à lei

complementar assunto que a Lei Maior não fez a reserva.

c) A medida provisória tem prazo de validade de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias. O prazo é contado da data de publicação da medida provisória e não sofre suspensão e nem interrupção.

d) No processo legislativo das leis, a discussão dos projetos tem início sempre na Câmara dos Deputados.

e) O Presidente da República, desde que tenha sido autorizado pelo Congresso Nacional, por Decreto Legislativo, pode elaborar leis delegadas.

13. A respeito do Poder Executivo, indique a assertiva correta:

a) No processo de *impeachment* do Presidente da República, a decisão do Senado Federal tem natureza política, motivo pelo qual o Judiciário não pode reexaminar o mérito da decisão em que o Senado responsabiliza o Chefe do Executivo.

b) Conforme recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no processo de *impeachment* do Presidente da República, uma vez admitida a acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, caberá ao Senado, necessariamente, formalizar o processo contra o Chefe do Executivo. Em sentido diverso, nas infrações penais comuns, caso a Câmara autorize o processo, o Supremo Tribunal Federal não estará obrigado a aceitar a denúncia.

c) O Presidente da República, durante o mandato, não será responsabilizado por manifestação de suas opiniões e palavras. Ademais, durante o mandato, só poderá ser preso após sentença judicial condenatória e não poderá ser punido por atos estranhos ao exercício de suas funções.

d) É da competência do Presidente da República, mediante decreto, prover e extinguir cargos públicos federais.

e) O Presidente da República poderá delegar ao Ministro da Justiça a competência para presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

14. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.

b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.

c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.

d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

15. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, indique a única alternativa que contém uma afirmação INCORRETA:

a) Os direitos e garantias fundamentais não possuem conteúdo patrimonial, razão por que são intransferíveis, inegociáveis e não são alcançados por prescrição.

b) Os direitos fundamentais não são absolutos, de forma que podem encontrar limitações em outros direitos constitucionalmente consagrados. No entanto, ensina Norberto Bobbio que alguns direitos não admitem a relativização, tais como o direito de não ser torturado e o de não ser escravizado.

c) A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, classificou os direitos e garantias fundamentais em três categorias, a saber: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais e Direitos de Nacionalidade.

d) Os direitos fundamentais, em sua dimensão subjetiva, são concebidos sob a perspectiva do indivíduo, de forma que configuram posições jurídicas oponíveis ao Poder Público e à atuação do particular.

e) A primeira geração dos direitos fundamentais, século XVIII, foi pautada em teorias liberais que objetivavam a defesa das liberdades individuais. Direitos civis, individuais e políticos estão classificados nessa geração, composta por direitos negativos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. De acordo com a Lei Federal nº 9.784/1999, Lei do Processo Administrativo, a respeito da motivação, é correto afirmar:

a) o ato administrativo que dispensa a inexigibilidade de processo licitatório pode ser motivado de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

b) a motivação deve ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres.

c) os atos administrativos que decorram de reexame de ofício devem ser motivados, sendo discricionária a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

d) não é princípio expresso da Administração Pública.

e) é possível, na solução de vários assuntos da mesma natureza, a utilização de meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.

17. Júlia, empregada pública de uma Autarquia Municipal, ficou responsável por comprar um bem para sua entidade pública. Passados alguns meses, houve uma representação para que fosse instaurada investigação destinada a verificar prática de ato de improbidade de Júlia. Foi apurado que a aquisição do referido bem foi feita por preço superior ao de mercado. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar que:

- a) Júlia não poderá ser punida se alegar que agiu negligentemente ao adquirir o bem, devendo ressarcir parte do dano.
- b) Júlia estará sujeita a perda da função pública e suspensão dos direitos políticos até oito anos.
- c) Júlia poderá propor transação para extinção de sua punibilidade.
- d) Júlia estará sujeita à suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor de sua remuneração.
- e) Júlia não estará sujeita às cominações da Lei Federal nº 8.429/92, visto que se enquadra como agente público de Autarquia Municipal.

18. A respeito do Terceiro Setor, é correto afirmar que:

- a) As Organizações Sociais são qualificadas pelo Poder Executivo, e suas atividades somente serão dirigidas ao ensino, à proteção e preservação do meio ambiente, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à cultura e à saúde.
- b) Sindicatos e fundações públicas, por não terem finalidade lucrativa, podem se qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- c) Termo de Parceria é o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades somente relacionadas à área de pesquisa científica.
- d) A qualificação de entidade como Organização Social é feita por meio de ato vinculado do Poder Executivo.

e) São entidades privadas que prestam atividades de interesse social, e eventualmente integram a Administração Pública indireta.

19. Considere as seguintes afirmações:

I. As preferências definidas nas normas de licitação devem privilegiar o tratamento diferenciado às microempresas.

II. Na contratação destinada à manutenção de sistema de tecnologia de informação, se considerado estratégico em ato do Poder Executivo federal, a licitação não poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.

III. Em igualdade de condições, o primeiro critério de desempate entre propostas assegura preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

Conforme o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, incidem nos princípios aplicados aos procedimentos licitatórios APENAS o(s) item(ns):

- a) I, II e III
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) I.

20. A respeito da Lei Federal nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, é correto afirmar:

- a) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- b) As cláusulas contratuais de atualização automática de valores baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem necessidade de homologação pela Administração Pública.
- c) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra.
- d) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade comum, patrocinada ou administrativa.
- e) É dispensável a realização de licitação para celebração de contratos de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

21. A respeito dos poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Em regra, o exercício do poder normativo pode ser objeto de delegação administrativa.
- b) O poder hierárquico se reflete em atos da Administração consistentes em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público
- c) O poder disciplinar permite que a Administração Pública aplique sanções a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.
- d) Ocorre abuso de poder quando o agente competente para a prática do ato o realiza com finalidade diversa daquela prevista em lei.
- e) O poder discricionário possui como limite o juízo de valor e a moral comum.

22. Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, a Lei Federal nº 8.987/95, dispõe que:

- a) A tarifa será subordinada à legislação específica anterior e sua cobrança não poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário
- b) Não poderá haver tarifas diferenciadas em função das características técnicas, visando o princípio da isonomia.
- c) A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sendo solidária a responsabilidade das demais consorciadas.
- d) No caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, o contrato de concessão não poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, em observância ao princípio da supremacia do interesse público.
- e) As concessionárias de serviços públicos são obrigadas a oferecer ao consumidor, dentro do mês de vencimento, o mínimo de três datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

23. A respeito da Lei Federal nº 11.107/05, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, é correto afirmar:

- a) O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- b) Somente os entes consorciados são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.
- c) É permitida, em alguns casos, a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, como as transferências ou operações de crédito, por exemplo.
- d) Como regra geral, os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público.
- e) O contrato de programa perderá sua vigência quando extinto o consórcio público ou o

Simulado PGM - Santos – 01/02

convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos.

24. A respeito da extinção dos atos administrativos, é correto afirmar:

a) A Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, mesmo que confirmem direito adquirido.

b) A revogação é ato discricionário, refere-se ao mérito administrativo e produz efeitos retroativos (ex tunc).

c) A extinção do ato administrativo por cassação ocorre quando um novo ato administrativo se contrapõe ao anterior.

d) A extinção do ato por decorrência de lei superveniente que impede a sua manutenção é chamada de caducidade.

e) Mesmo sem a determinação judicial, a Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade.

25. Segundo as normas que regem o direito administrativo vigente, é incorreto afirmar que:

a) de acordo com a Lei Federal nº 13.300/16, o mandado de injunção pode ser impetrado por pessoas jurídicas e por pessoas naturais, desde que se afirmem titulares dos direitos, liberdades ou prerrogativas não regulamentadas.

b) de acordo com a Lei Federal nº 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

c) em conformidade com a Lei Federal nº 12.016/09, não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

d) conforme dispõe a Lei Federal nº 8.429/92, constitui crime a representação por ato de

improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente, sujeito à pena de detenção de seis a dez meses e multa

e) de acordo com a Lei Federal nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, as ações serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, não se aplicando a prevenção daquele juízo.

26. No âmbito do controle externo, de responsabilidade dos Tribunais de Contas, o tipo de exame afeto à avaliação de mérito da despesa, sob o critério do custo-benefício, denomina-se controle de

a) legitimidade.

b) economicidade.

c) razoabilidade.

d) proporcionalidade.

e) finalidade.

27. Configura infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais, sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

a) atender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.

b) afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores.

c) permitir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, por comissão de investigação da Câmara, regularmente instituída.

d) cumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.

e) nomear familiares para ocuparem os cargos de secretários municipais.

28. Sobre a temática de restos a pagar, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe:

a) É vedado ao titular de Poder, nos últimos três trimestres do seu mandato, contrair obrigação de receita que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, ainda que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

b) É autorizado ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

c) É autorizado ao titular do Poder, até o penúltimo quadrimestre do seu mandato, contrair obrigação de despesa que venha a ser cumprida no exercício financeiro seguinte.

d) É vedado ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.

e) É autorizado ao titular do Poder, nos últimos dois bimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida até o último dia do penúltimo mês do exercício, ainda que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

29. A responsabilidade civil do Estado se fundamenta principalmente no princípio da isonomia, de maneira que uma pessoa prejudicada por uma ação estatal seja ressarcida dos prejuízos por ela sentidos, sendo que tais efeitos negativos não atingiram outras pessoas. De acordo com a afirmativa, assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade civil do Estado:

a) É possível que uma ação lícita do Estado cause danos anormais a uma determinada pessoa e enseje a responsabilidade do Poder Público.

b) Somente ações ilícitas de agentes públicos têm aptidão para ensejar a responsabilidade do Poder Público.

c) A responsabilidade por atos lícitos e ilícitos não atinge as concessionárias de serviços públicos.

d) Não se admite a exclusão da responsabilidade civil do Estado, sendo admitida a teoria do risco integral para todas as atividades estatais.

e) Não se admite a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas.

30. De acordo com o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11), em seu Art. 9º, inciso I, o acesso a informações públicas será assegurado mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público em local com condições apropriadas para:

a) apoiar e encaminhar o cidadão ao órgão competente; informar sobre a transferência de documentos nas suas respectivas unidades; protocolizar somente documentos privados.

b) atender e encaminhar o cidadão à instituição privada quanto ao acesso a informações; informar sobre o armazenamento de documentos nas suas respectivas unidades; não protocolizar documentos estrangeiros de acesso a informações.

c) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

d) receber e orientar a pessoa jurídica quanto às normas de restrição de acesso às informações; comunicar o número de recolhimento anual de documentos; protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

e) atender e ouvir o funcionário público quanto às questões de ética; informar sobre a reprodução de documentos; protocolizar avisos e atas sobre a administração pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) conversão do depósito em renda
- b) moratória
- c) pagamento
- d) isenção
- e) transação

32. Assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.
- b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.
- c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.
- d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.
- e) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo permitida a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

33. Acerca da interpretação e integração da legislação tributária, é correto afirmar que:

- a) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.
- b) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- c) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se sempre da

maneira mais favorável ao acusado, desde que sua conduta não seja dolosa.

d) do emprego da analogia poderá resultar exigência de tributo não previsto em lei.

e) Pode-se interpretar extensivamente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção ou dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

34. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:

a) O IPVA pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.

b) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.

c) Mesmo após a Emenda Constitucional 33/2001, é inconstitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedique habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.

d) O ICMS incide na operação de arrendamento mercantil internacional, mesmo quando não configurada a transferência da titularidade do bem.

e) O ICMS compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.

Simulado PGM - Santos – 01/02

35. Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.

c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

d) A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

e) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.

36. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.

b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.

c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.

d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.

e) O Decreto do Presidente da República é fonte formal primária.

37. Sobre a classificação dos fatos geradores, assinale a alternativa correta:

a) O fato gerador é qualificado como instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, sendo configurado por um fato ou negócio jurídico singular que, a cada vez que ocorre, implica no nascimento de uma relação jurídica de direito tributário. É o caso do imposto de importação, que a cada nova operação realizada, faz surgir uma obrigação tributária.

b) Fato gerador periódico ou complexo é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência, como *ser proprietário de imóvel urbano*, no caso do IPTU, ou *ser proprietário de veículo automotor*, no caso do IPVA.

c) Fato gerador continuado é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário.

d) Todas as alternativa estão corretas.

e) Nenhuma das alternativas está correta.

38. Sobre responsabilidade tributária, marque a alternativa incorreta:

a) O critério distintivo entre a responsabilidade por substituição (originária) e a responsabilidade por transferência (derivada) é o momento da incidência da norma atributiva de responsabilidade.

b) A distinção entre a substituição tributária para frente e a substituição tributária para trás decorre da posição do responsável tributário na cadeia econômica. Se a sua posição for posterior à posição do contribuinte, estaremos diante de uma responsabilidade tributária para trás (regressiva).

c) É indevida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida

d) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação

e) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

DIREITO FINANCEIRO

39. Compreende as metas e prioridades da Administração Pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, a lei

- a) do plano plurianual.
- b) geral do orçamento.
- c) de diretrizes orçamentárias.
- d) de responsabilidade fiscal.
- e) de política orçamentária nacional.

40. A Constituição Federal de 1988, ao dedicar um capítulo às finanças públicas, estabelece que o sistema orçamentário é composto por Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), é correto afirmar:

a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias, de iniciativa do Executivo, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

b) O Plano Plurianual constitui um plano prévio de preparação de ações de curto prazo, com vigência anual, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e cuja tramitação deve ocorrer no primeiro semestre de cada ano.

c) A Constituição Federal fixa que o Plano Plurianual deve respeitar as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e ambas devem estar em consonância com o teor da Lei Orçamentária Anual, sendo que todas elas devem estar adequadas ao planejamento global da ação do Estado.

d) A Lei Orçamentária Anual, de iniciativa do Poder Legislativo, tem competência para eleger as metas e ações prioritárias na execução do orçamento seguinte e deverá dispor sobre o equilíbrio não só entre receitas e despesas como também entre critérios e forma de limitação de empenho.

41. Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

- a) Geral do Orçamento.
- b) do Plano Plurianual.
- c) de Diretrizes Orçamentárias.
- d) do Orçamento Anual.
- e) de Responsabilidade Fiscal.

42. O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público estão compreendidas na lei

- a) do orçamento anual.
- b) orgânica.
- c) de responsabilidade fiscal.
- d) de diretrizes orçamentárias.
- e) do plano diretor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

43. Sobre as normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da boa-fé, previsto no artigo 5º do CPC, impõe que as partes atuem segundo a boa-fé subjetiva e é aplicável a todos, inclusive ao juiz.
- b) O princípio do contraditório, atualmente, é visto sob a concepção do binômio ciência-reação, de modo que basta o conhecimento e a possibilidade de reação em relação à decisão prolatada para que ele seja considerado cumprido.
- c) Por expressa previsão legal, as normas do CPC deverão ser interpretadas de acordo com os postulados da Constituição da República.
- d) O atual modelo processual não consagrou exceções ao princípio da inércia da jurisdição, de modo que o processo deverá começar sempre por iniciativa da parte.
- e) A solução consensual dos conflitos foi expressamente permitida pelo CPC de 2015, todavia, é vedado o seu incentivo por parte do Poder Judiciário, sob pena de ofensa ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.

44. Assinale a alternativa correta em relação ao direito intertemporal.

- a) O marco definidor para a aplicação do CPC de 2015 em relação ao direito probatório é o momento em que as provas foram produzidas.

b) O CPC consagrou, como regra, a teoria do isolamento dos atos processuais, segundo a qual as disposições do novo diploma devem ser aplicadas imediatamente a todos os processos pendentes. Todavia, é possível encontrar exceções a essa regra em diversos dispositivos do próprio código.

c) Tendo em vista que o procedimento sumário não mais existe, as ações ajuizadas sob esse rito e que não tiveram sentença proferida até a entrada em vigor do novo código deverão ser extintas sem julgamento de mérito.

d) A coisa julgada de questões prejudiciais, prevista no art. 503, §1º, do CPC, só se aplica para os processos que tenham sentença proferida a partir de 18 de março de 2016.

e) O termo inicial do prazo da prescrição intercorrente previsto no artigo 924, V, do CPC, pode ter início ainda sob a vigência do CPC de 1973, caso já houvesse, àquela época, alguma execução em curso.

45. Sobre a competência, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Vigê no direito processual pátrio a regra da *kompetenzkompetenz*, segundo a qual todo juiz tem competência para, no mínimo, decidir sobre sua própria incompetência. Referida regra também é aplicável no âmbito da arbitragem.
- b) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta ou relativa.
- c) A competência territorial fixada em cláusula abusiva de eleição de foro pode ser prorrogada caso não seja alegada a abusividade na contestação.
- d) Para a ação de divórcio, caso não haja filho incapaz, será competente o foro do último domicílio do casal.
- e) Há conflito de competência quando entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

46. A respeito das partes e dos procuradores, assinale a alternativa correta:

a) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real mobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

b) A União, os Estados e os Municípios serão representados em juízo por meio de seus procuradores, exclusivamente.

c) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de composesse ou de ato por ambos praticado.

d) O indivíduo considerado incapaz não tem legitimidade para figurar no polo passivo de uma relação jurídica processual.

e) Constatada a irregularidade de representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo para que seja sanado o vício. Descumprida essa determinação, o magistrado extinguirá o processo sem julgamento de mérito.

47. Assinale a alternativa correta no que concerne aos honorários advocatícios e despesas processuais:

a) Não serão devidos honorários advocatícios na reconvenção e no cumprimento de sentença provisório.

b) Em obediência aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz estará impedido de fixar honorários advocatícios.

c) São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

d) As perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública deverão, obrigatoriamente, ser realizadas por entidade pública, de modo que esses valores não podem ser adiantados, ainda que haja previsão orçamentária.

e) É possível fracionar o crédito de honorários advocatícios em litisconsórcio ativo facultativo simples em execução contra a Fazenda Pública.

48. Sobre o litisconsórcio, é correto afirmar que:

a) Há litisconsórcio necessário quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

b) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo;

c) A limitação do litisconsórcio multitudinário pode ocorrer tanto no litisconsórcio facultativo quanto no litisconsórcio necessário, em obediência ao princípio da duração razoável do processo.

d) O litisconsórcio por afinidade é sempre um litisconsórcio facultativo e simples.

e) Se o Estado de São Paulo e o Município de Santos litigarem, em conjunto, no polo passivo de uma demanda, terão prazo em quádruplo para suas manifestações, em razão de regra expressa do CPC que prevê prazo em dobro para as manifestações da fazenda pública e prazo em dobro para os litisconsortes que têm diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos.

49. Sobre a citação, é correto afirmar, exceto:

- a) A citação da pessoa jurídica de direito público será feita, preferencialmente, pelo correio.
- b) Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.
- c) Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- d) A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo.
- e) Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações, intimações, notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos.

50. Sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa correta:

- a) A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se, dentre outras hipóteses, a sentença lhe for desfavorável. Nesse caso, o ressarcimento devido deverá, sempre que possível, ser liquidado nos próprios autos e independe de pronunciamento judicial expresso a esse respeito na sentença.
- b) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em 15 dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- c) Efetivada a tutela cautelar, a ação principal terá de ser proposta no prazo de 15 (quinze)

dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

d) Na tutela de evidência fundada no abuso de direito de defesa, o juiz poderá decidir liminarmente.

e) Nos casos em que houver estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente, o processo será extinto com julgamento de mérito.

51. No que diz respeito à revelia, leia as afirmativas a seguir:

I. Atualmente, diante das mudanças trazidas pelo NCPC em relação ao procedimento comum, entende-se que a revelia é a ausência do réu à audiência de conciliação ou mediação.

II. Ocorrendo revelia, não poderá incidir a coisa julgada material às questões prejudiciais eventualmente debatidas no processo.

III. Os efeitos materiais da revelia não são afastados quando, regularmente citado, deixa o Município de contestar o pedido do autor, sempre que não estiver em litígio contrato genuinamente administrativo, mas sim uma obrigação de direito privado firmada pela Administração Pública.

IV. O réu revel pode intervir no feito a qualquer momento, recebendo o processo no estado em que se encontra.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a afirmativa I é falsa.
- b) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- c) As afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) As afirmativas I e IV são verdadeiras.
- e) As afirmativas II e IV são verdadeiras.

Simulado PGM - Santos – 01/02

52. Analise os itens abaixo, relacionados às ações possessórias:

I- É defeso ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos ou indenização dos frutos.

II- Em ação possessória entre particulares é cabível o oferecimento de oposição pelo ente público, alegando-se incidentalmente o domínio de bem imóvel como meio de demonstração da posse.

III- Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de sucumbência, responder por perdas e danos, o juiz designar-lhe-á o prazo de 5 (cinco) dias para requerer caução, real ou fidejussória, sob pena de ser depositada a coisa litigiosa, ressalvada a impossibilidade da parte economicamente hipossuficiente

- a) Todos os itens são verdadeiros.
- b) Os itens II e III são verdadeiros.
- c) Os itens I e II são verdadeiros.
- d) Os itens I e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

53. Em relação à ação monitória, não é correto afirmar que:

- a) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
- b) A ação monitória pode ser proposta tanto para exigir o pagamento de quantia em dinheiro, quanto para entrega de coisa ou adimplemento de obrigação de fazer ou não fazer.
- c) Admite-se a citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.
- d) Pode haver o oferecimento de reconvenção à reconvenção.
- e) É cabível ação monitória em face da Fazenda Pública.

54. Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos no prazo de:

- a) 30 dias úteis
- b) 15 dias úteis.
- c) 30 dias corridos.
- d) 15 dias corridos.
- e) 20 dias úteis.

55. Assinale a alternativa correta a respeito do recurso de embargos de declaração:

- a) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para qualquer manifestação no processo.
- b) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a um por cento sobre o valor atualizado da causa.
- c) Se os segundos embargos de declaração forem manifestamente incabíveis, eles não terão o condão de interromper o prazo recursal.
- d) Serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e se sujeitam a preparo.
- e) Na reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa será elevada a até cinco por cento sobre o valor atualizado da causa, e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que a recolherão ao final.

56. Sobre os recursos para os Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

a) a análise acerca da existência de repercussão geral para interposição de recurso extraordinário deverá ser feita pelo Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem.

b) Nos processo em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País, caberá agravo de instrumento, dirigido ao STJ, em face das decisões interlocutórias proferidas, nas hipóteses do artigo 1015 do CPC.

c) Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos primeiro ao Supremo Tribunal Federal.

d) Se o relator, no Superior Tribunal de Justiça, entender que o recurso especial versa sobre questão constitucional, deverá inadmitir o recurso, por ausência de cabimento.

e) Para fins de interposição de recurso extraordinário, haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que tenha sido proferido em julgamento de casos repetitivos.

57. Assinale a alternativa incorreta de acordo com a Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (L. 12.153 /09):

a) Não se inclui na sua competência o julgamento de causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

b) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

c) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

d) Não se aplica a remessa necessária nas causas julgadas sob o rito da aludida lei.

e) O juiz não poderá, de ofício, deferir providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar danos de difícil ou de incerta reparação.

DIREITO CIVIL

58. Admite-se a conversão substancial da forma quanto aos negócios jurídicos:

a) nulos, se contiverem os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, caso houvessem previsto a nulidade.

b) anuláveis, se contiverem os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, caso houvessem previsto a nulidade.

c) nulos, se contiverem os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, ainda que não houvessem previsto a nulidade.

d) anuláveis, se contiverem os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, ainda que não houvessem previsto a nulidade.

e) anuláveis, se contiverem os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, diverso do que queriam as partes, permitir supor que o teriam querido, caso houvessem previsto a nulidade.

59. Omar intentou ação de usucapião contra sociedade de economia mista municipal, exploradora de atividade econômica, argumentando que é possuidor de uma área de servidão aparente. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A ação deverá ser julgada improcedente, uma vez que servidão aparente não pode ser objeto de ação possessória.
- b) A ação deverá ser julgada improcedente, em razão da natureza pública do bem.
- c) A ação deverá ser julgada improcedente, uma vez que os direitos reais de uso, gozo e fruição sobre coisa alheia não podem ser objeto de usucapião.
- d) A ação deverá ser julgada procedente, em razão da natureza privada do bem.
- e) A ação deverá ser julgada procedente, desde que inclua no objeto do pedido o prédio dominante.

60. Rosinha, criança de 10 anos, foi atropelada por um ônibus, de uma concessionária de transporte público municipal, enquanto brincava na rua. Após 3 anos e 10 meses do ocorrido, os pais de Rosinha, ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais contra a empresa concessionária, a qual contestou alegando primeiramente a prescrição. Além disso, caso o juízo não entendesse pela prescrição, aduziu que a demora dos autores em buscar a indenização por dano moral é um fator que, em conjunto com as demais circunstâncias, deve influenciar na fixação do quantum indenizatório. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) De fato, houve a prescrição da ação de reparação civil, uma vez que é de três anos o prazo prescricional para que a vítima de um acidente de trânsito proponha ação de indenização contra concessionária de serviço público de transporte coletivo.
- b) Ambos os argumentos da empresa não merecem prosperar, uma vez que é de 5 anos o prazo prescricional para que a vítima de um acidente de trânsito proponha ação de indenização contra concessionária de serviço

público de transporte coletivo, além do que, no Código Civil de 2002, a demora no ajuizamento da ação de reparação por dano moral não deve influir na fixação do valor da indenização.

c) É de cinco anos o prazo prescricional para que a vítima de um acidente de trânsito proponha ação de indenização contra concessionária de serviço público de transporte coletivo (empresa de ônibus), porém, no Código Civil de 2002, a demora no ajuizamento da ação de reparação por dano moral deve influir na fixação do valor da indenização.

d) Ambos os argumentos da empresa merecem prosperar, uma vez que é de três anos o prazo prescricional para que a vítima de um acidente de trânsito proponha ação de indenização contra concessionária de serviço público de transporte coletivo, além do que, no Código Civil de 2002, a demora no ajuizamento da ação de reparação por dano moral deve influir na fixação do valor da indenização.

e) É de dez anos o prazo prescricional para que a vítima de um acidente de trânsito proponha ação de indenização contra concessionária de serviço público de transporte coletivo (empresa de ônibus), porém, no Código Civil de 2002, a demora no ajuizamento da ação de reparação por dano moral não deve influir na fixação do valor da indenização.

61. Com relação ao contrato de seguro, é correto afirmar:

- a) No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete podem ser ao portador.
- b) Em regra, o fato de se não ter verificado o risco, em previsão do qual se faz o seguro, exime o segurado de pagar o prêmio.
- c) Correm à conta do segurado, até o limite fixado no contrato, as despesas de salvamento consequente ao sinistro.
- d) Em regra, a diminuição do risco no curso do contrato acarreta a redução do prêmio estipulado.
- e) A seguradora não se exime do dever de indenizar em razão da transferência do veículo sem a sua prévia comunicação, salvo a hipótese de efetivo agravamento do risco.

62. Com relação ao Parcelamento do Solo Urbano, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- b) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- c) Considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
- d) Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo válido somente o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.
- e) Consideram-se infraestrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

63. Com relação ao contrato *built to suit*, é correto afirmar:

- a) É vedada a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato de locação.
- b) É válida a multa convencionada, que não excederá a soma dos valores dos aluguéis a receber até o termo final da locação, no caso de denúncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário.
- c) O contrato deverá ter prazo determinado, não inferior a 5 anos.

d) É vedada a estipulação contratual que estabeleça cláusula penal compensatória equivalente à totalidade dos alugueres a vencer.

e) É nula a cláusula contratual que estabeleça a prévia aquisição, construção ou substancial reforma, por terceiros, do imóvel então especificado pelo pretendente à locação.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

64. No âmbito da ação civil pública, o inquérito civil é

- a) obrigatório, de titularidade exclusiva do Ministério Público, e tem como objetivo angariar provas e elementos de convicção para o exercício da ação.
- b) facultativo, de titularidade concorrente entre os legitimados ativos da ação coletiva, e tem como objetivo angariar provas e elementos de convicção para o exercício da ação.
- c) obrigatório, de titularidade concorrente entre os legitimados ativos da ação coletiva, e tem como objetivo verificar o preenchimento dos pressupostos da titularidade do legitimado ativo.
- d) facultativo, de titularidade exclusiva do Ministério Público, e tem como objetivo verificar o preenchimento dos pressupostos da titularidade do legitimado ativo.
- e) facultativo, de titularidade exclusiva do Ministério Público, e tem como objetivo angariar provas e elementos de convicção para o exercício da ação.

65. Determinada associação de proteção ao meio ambiente, legalmente constituída havia seis meses, ajuizou ação civil pública a fim de cessar obra que estava acontecendo em área destinada à preservação ambiental em determinado município. O juiz competente, considerando a relevância do bem jurídico tutelado, dispensou requisito de pré-constituição e deu prosseguimento ao processo. A associação autora, entretanto, abandonou a ação sem prestar esclarecimentos ao juízo. Considerando o disposto na lei que rege a ação civil pública, assinale a opção correta, a respeito da referida ação.

- a) A titularidade ativa da ação poderá ser assumida por qualquer outro legitimado.
- b) A ação deverá ser extinta sem julgamento de mérito.
- c) A titularidade ativa da ação deverá ser assumida exclusivamente pelo Ministério Público.
- d) A ação deverá ser extinta com julgamento de mérito e fará coisa julgada.
- e) A ação deverá ser declarada prescrita quando decorrerem cinco anos contados da data do abandono da causa.

66. O Estatuto do Idoso define o idoso como aquele com idade igual ou superior a

- a) 60 (sessenta) anos, garantindo a ele todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.
- b) 65 (sessenta e cinco) anos, garantindo a ele todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.
- c) 70 (setenta) anos, garantindo a ele todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.
- d) 60 (sessenta) anos, mas estabelecendo idades e circunstâncias diferenciadas para o exercício pleno de todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.
- e) 65 (sessenta e cinco) anos, mas estabelecendo idades e circunstâncias diferenciadas para o exercício pleno de todos os direitos previstos no respectivo diploma legal.

67. No âmbito da União, o Sistema Único de Saúde (SUS) é dirigido

- a) pelo Ministério da Saúde.
- b) pela Secretaria Federal de Saúde.
- c) pela Secretaria Municipal de Saúde.
- d) pela Secretaria Estadual de Saúde ou órgão equivalente.
- e) pelos Hospitais Particulares com convênio com o SUS.

DIREITO DO TRABALHO

68. No que diz respeito aos princípios do Direito Individual do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o princípio do *in dubio pro operário* deve-se aplicar ao caso concreto, havendo mais de uma norma em vigor regendo o mesmo assunto, a que seja mais favorável ao empregado.
- b) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregado, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregador.
- c) O princípio da inalterabilidade contratual lesiva autoriza a declaração da nulidade de ato praticado com objetivo de desvirtuar a aplicação das regras justralhistas.
- d) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, atingem todos os trabalhadores sujeitos ao regulamento.
- e) A teoria do conglobamento propõe que as disposições sobre a norma jurídica sob apreciação sejam analisadas globalmente dentro de cada texto normativo, aplicando-se, ao caso concreto, o conjunto de regras mais benéfico ao empregado.

69. Tomando por base os preceitos celetistas aplicáveis às alterações dos contratos de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Em geral, admite-se a alteração subjetiva, quando recai sobre o empregador, hipótese em que os respectivos contratos sequer são afetados.

b) É lícita a transferência do empregado quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar.

c) Só é lícita a alteração das condições contratuais por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado.

d) É possível a transferência do empregado que exerça cargo de confiança, quando esta decorrer de real necessidade de serviço.

e) A reversão do empregado ao cargo efetivo anteriormente ocupado, inexistindo justo motivo, assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente.

70. São hipóteses autorizadoras da rescisão indireta do contrato de trabalho:

a) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado pelo empregador contra a família do empregado.

b) ato lesivo da honra ou da boa fama praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos.

c) exigência de serviços permitidos por lei.

d) abandono de emprego, o qual é presumido se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de trinta dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer.

e) perigo manifesto de mal considerável e a exigência de serviços inferiores às forças do empregado.

71. Não se considera estável no emprego:

a) A empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, inclusive aquelas admitidas sob contrato de aprendizagem.

b) Os representantes dos empregados na Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato.

c) O empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato, ainda que suplente.

d) O empregado sindicalizado, a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato.

e) O segurado que sofreu acidente doméstico, pelo prazo mínimo de doze meses, contados da cessação de seu auxílio-doença comum.

72. Em relação aos entendimentos do Tribunal Superior do Trabalho e aos preceitos celetistas atinentes à jornada de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Considera-se de sobreaviso o empregado que permanece, em sua casa, aguardando eventual convocação para o serviço, sendo cada escala de, no máximo, 12 horas, remunerada à razão de 1/3 do salário-hora normal.

b) Considera-se de prontidão o empregado que permanece, nas dependências da empresa, aguardando eventual convocação para o serviço, sendo cada escala de, no máximo, 12 horas, remunerada à razão de 2/3 do salário-hora normal.

c) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso, sendo que o descumprimento de tal período obriga o empregador a pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional.

d) Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

e) A pactuação da jornada de trabalho, observados os limites constitucionais, é tema no qual a negociação coletiva tem prevalência sobre a lei.

73. Em relação às férias individuais, assinale a alternativa correta:

a) Todo empregado tem direito à suspensão contratual decorrente das férias, as quais devem ser concedidas anualmente, por ato do empregador.

b) Sempre que as férias forem concedidas após expirado o período de doze meses contado da aquisição do direito, o empregador pagará em triplo a respectiva remuneração.

c) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador, sendo, no entanto, vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

d) Desde que, no cômputo global, resulte em patamar superior de direitos ao empregado, é lícita cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho que reduza o número de dias de férias devidas ao empregado.

e) Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a oito dias corridos, cada um.

74. Nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na disciplina proveniente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), opera-se a prescrição intercorrente no processo do trabalho:

a) no prazo de dois anos, sendo que a fluência do respectivo prazo inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução, desde que o referido provimento judicial tenha sido emitido após 11 de novembro de 2017.

b) no prazo de dois anos, devendo ser objeto de requerimento, em qualquer situação.

c) no prazo de cinco anos, devendo ser objeto de requerimento, em qualquer situação.

d) no prazo de cinco anos, sendo que a fluência do respectivo prazo inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

e) no prazo de dois anos, sendo que a sua declaração pode ser requerida ou declarada de ofício, desde que se esteja diante do juízo de primeiro grau.

75. É devido o adicional de insalubridade:

a) Quando se estiver diante da exposição a agente insalubre em patamar acima dos limites fixados pela Secretaria Especial do Trabalho e Previdência e houver o fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador.

b) Ao trabalhador que realiza a limpeza de residências e escritórios.

c) Em virtude do trabalho prestado mediante a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

d) Ao trabalhador em atividade a céu aberto por sujeição à radiação solar.

e) Ao trabalhador exposto a agente insalubre que tenha sido objeto de descaracterização por ato da autoridade competente, em razão da proteção ao direito adquirido.

76. Faz jus ao adicional de periculosidade o trabalhador que se encontrar exposto a:

a) inflamáveis, inclusive no caso dos tripulantes de aeronaves que permanecem no seu interior no momento do abastecimento.

b) explosivos, no importe de 40% sobre o salário-base, como regra geral.

c) energia elétrica, ainda que a referida exposição se dê em caráter eventual.

d) roubos ou outras espécies de violência psicológica nas atividades pessoais de segurança.

e) atividades em motocicleta, no importe de 30% sobre o salário-base, como regra geral.

77. À luz da regulamentação celetista acerca do teletrabalho, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, se constituam como trabalho externo.
- b) O comparecimento às dependências do empregador para a realização de quaisquer atividades descaracteriza o regime de teletrabalho.
- c) Poderá ser realizada a alteração do regime presencial para o de teletrabalho por determinação do empregador.
- d) Em virtude do princípio da inalterabilidade contratual lesiva, não poderá ser realizada alteração entre os regimes presencial e de teletrabalho, ainda que haja mútuo acordo entre as partes.
- e) Não são abrangidos pelo regime celetista da duração do trabalho.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

78. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a petição inicial trabalhista

- a) entre outros requisitos, deve conter a qualificação das partes, a causa de pedir, o pedido líquido, a especificação de provas, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.
- b) entre outros requisitos, deve conter a qualificação das partes, a causa de pedir próxima, a causa de pedir remota, o pedido certo e determinado e, finalmente, o requerimento para citação da reclamada.
- c) entre outros requisitos, deve conter a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio e o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor.
- d) deve ser apresentada na forma verbal.
- e) deve ser apresentada na forma escrita.

79. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho,

- a) a defesa no sistema de processo judicial eletrônico deverá ser apresentada antes da audiência.
- b) a defesa no sistema de processo judicial eletrônico poderá ser apresentada, por escrito, até a audiência.
- c) aberta a audiência, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa.
- d) a contestação deverá ser apresentada no prazo de quinze dias a contar da data da audiência de conciliação.
- e) nenhuma das anteriores.

80. Em relação aos atos processuais, prevê a CLT que:

- a) sua realização ocorre nos dias úteis, das 6 (seis) às 18 (dezoito) horas.
- b) sua realização ocorre nos dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
- c) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- d) a penhora não poderá realizar-se em domingo ou dia feriado.
- e) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão entre 6 (seis) e 20 (vinte) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

81. A respeito do pagamento de despesas processuais e de honorários, no processo judicial trabalhista, é correto afirmar:

- a) não existe previsão legal para o pagamento de honorários ao advogado que atuar em causa própria.
- b) na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrar honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
- c) o benefício da justiça gratuita não pode ser concedido de ofício pela autoridade judicial.
- d) os institutos da Justiça Gratuita e da Assistência Judiciária Gratuita são sinônimos e correspondem à isenção de custas e demais despesas processuais, mediante a declaração de insuficiência econômica do postulante.
- e) tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da Justiça Gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá subsidiariamente pelo pagamento das custas devidas.

ASPECTOS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA

82. No que se refere à execução fiscal, é correto afirmar:

- a) O requerimento da medida cautelar, na hipótese de o devedor alienar bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei, depende da prévia constituição do crédito tributário.
- b) O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, mas nunca no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias.
- c) Na hipótese de pessoa jurídica, a indisponibilidade dos bens do requerido recairá somente sobre os bens do ativo permanente, podendo, ainda, ser estendida aos bens do acionista controlador e aos dos que em razão do contrato social ou estatuto tenham poderes para fazer a empresa cumprir suas obrigações fiscais, ao tempo do fato gerador, nos casos de lançamento de ofício.

d) A indisponibilidade patrimonial não poderá ser estendida em relação aos bens adquiridos a qualquer título daqueles que estejam ou tenham estado na função de administrador.

e) O Juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal, após a justificação prévia e a prestação de caução pela Fazenda Pública.

83. Com relação à tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública, é correto afirmar:

- a) É possível a concessão de medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos.
- b) No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de quarenta e oito horas.
- c) O recurso voluntário ou ex officio, interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público ou seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, terá somente efeito devolutivo.
- d) As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.
- e) Compete ao relator, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

84. Com relação ao regime de precatórios e obrigações de pequeno valor, é correto afirmar:

a) No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

b) Os pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

c) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o início do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

d) De acordo com a jurisprudência do STF, não incidem juros de mora sobre os precatórios no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

e) Entende o STF que, nas causas em que a Fazenda Pública for condenada ao pagamento da verba honorária de forma global, é excepcionalmente possível o fracionamento de crédito único, consistente no valor total dos honorários advocatícios devidos, proporcionalmente à fração de cada litisconsorte.

85. Com relação às normas referentes aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é correto afirmar:

a) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório.

b) As obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite 20 (vinte) salários mínimos.

c) Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo vedado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente.

d) O saque do valor depositado poderá ser feito pela parte autora, pessoalmente, em qualquer agência do banco depositário, mediante apresentação de alvará.

e) O saque do valor depositado por meio de procurador somente poderá ser feito na agência destinatária do depósito, mediante procuração específica, com firma reconhecida, da qual constem o valor originalmente depositado e sua procedência.

DIREITO PENAL

86. Aponte a alternativa correta:

- a) Ao particular não se aplica o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.
- b) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória) e secundários, penais ou extrapenais.
- c) Para a incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes, basta a admissão da posse ou propriedade para uso próprio.
- d) A folha de antecedentes criminais não é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência.
- e) Não fere o contraditório e o devido processo decisão que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.

87. Em relação ao princípio da insignificância, NÃO foi sumulado pelos Tribunais superiores:

- a) o furto de pequeno valor.
- b) os casos de transmissão clandestina de sinal de internet.
- c) os crimes contra a Administração Pública.
- d) os crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- e) n.d.a.

88. Sobre o estupro de vulnerável, aponte a tese de defesa criminal aceita pelos Tribunais Superiores:

- a) consentimento da menor de 14 anos.
- b) relacionamento amoroso.
- c) experiência sexual prévia.
- d) erro de tipo.
- e) n.d.a.

89. De acordo com súmula do Superior Tribunal de Justiça, a consumação do crime de roubo acontece:

- a) com a mera inversão da posse do bem.
- b) com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça
- c) com a posse mansa, pacífica, desvigiada e tranquila do bem roubado.
- d) com a simples violência ou grave ameaça.
- e) com a fuga concretizada pelo agente, caso contrário será tentativa.

90. Em relação aos crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137/90), aponte a alternativa CORRETA:

- a) apenas define os crimes contra a ordem tributária, deixando os crimes contra as relações de consumo no Código de Defesa do Consumidor.
- b) quando o crime é praticado por funcionário público, a responsabilidade criminal dar-se-á exclusivamente pelo texto do Código Penal.
- c) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.
- d) se ocasionar grave dano à coletividade, será aplicada uma agravante.
- e) os crimes dessa lei são de ação penal pública condicionada à requisição da Receita Federal ou Estadual.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

91. Quanto ao procedimento judicial da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), indique a alternativa INCORRETA:

a) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências instrutórias deferidas ou ordenadas pelo juiz, abrir-se-á, sucessivamente, o prazo de 5 (cinco) dias a cada parte para alegações finais.

b) Da sentença cabe apelação, interponível no prazo de 5 (cinco) dias.

c) Recebida a denúncia e citado o réu, terá este o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa escrita, contado da data do seu interrogatório, podendo juntar documentos, arrolar as testemunhas que tiver, em número não superior a 5 (cinco), e indicar as demais provas que pretenda produzir.

d) Na defesa escrita, não poderá a defesa requerer a absolvição, ficando esse pedido para as alegações finais, após a audiência.

e) Será admitida ação penal privada subsidiária da pública, se esta não for ajuizada no prazo legal.

92. Qual das regras abaixo não será utilizada no processo por crime praticado por Prefeito:

a) A denúncia deve ser feita pelo Ministério Público ou pela Câmara de Vereadores.

b) Antes de receber a denúncia, o Juiz ordenará a notificação do acusado para apresentar defesa prévia.

c) Ao receber a denúncia, o Juiz manifestar-se-á, obrigatória e motivadamente, sobre a prisão preventiva do acusado.

d) Da decisão de afastamento do cargo do acusado, caberá recurso, em sentido estrito, para o Tribunal competente, no prazo de cinco dias, em autos apartados

e) Os órgãos federais, estaduais ou municipais, interessados na apuração da responsabilidade do Prefeito, podem requerer a abertura do inquérito policial ou a instauração da ação penal pelo Ministério Público, bem como intervir, em

qualquer fase do processo, como assistente da acusação.

93. Quanto às regras da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/65), aponte a alternativa que não respeita a sequência de atos procedimentais expressa na lei:

a) Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo fixado nesta lei, será admitida ação privada.

b) Recebidos os autos, o Juiz, dentro do prazo de vinte e quatro horas, proferirá despacho, recebendo ou rejeitando a denúncia.

c) No despacho em que receber a denúncia, o Juiz designará, desde logo, dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, que deverá ser realizada, improrrogavelmente, dentro de cinco dias.

d) A citação do réu para se ver processar, até julgamento final e para comparecer à audiência de instrução e julgamento, será feita por mandado sucinto que, será acompanhado da segunda via da representação e da denúncia.

e) As testemunhas de acusação e defesa poderão ser apresentadas em juízo, independentemente de intimação.

94. Aponte a alternativa que destoa do entendimento jurisprudencial quanto ao uso de algemas por parte da polícia:

a) pode ser utilizada em caso de resistência.

b) pode ser utilizada em caso de tentativa de fuga.

c) pode ser utilizada em caso de desacato.

d) pode ser utilizada em caso de perigo à integridade física alheia.

e) pode ser utilizada em caso de perigo à integridade física própria.

95. Em relação ao crime de responsabilidade praticado pelo Presidente da República, indique a alternativa incorreta quanto ao processo de apuração:

- a) As testemunhas arroladas no processo deverão comparecer para prestar o seu depoimento, e a Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado por ordem de quem serão notificadas, tomará as providências legais que se tornarem necessárias legais que se tornarem necessárias para compeli-las a obediência.
- b) A lei não se aplica para julgamento de Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) No processo de crime de responsabilidade, servirá de escrivão um funcionário da Secretaria da Câmara dos Deputados, ou do Senado, conforme se achar o mesmo em uma ou outra casa do Congresso Nacional.
- d) A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.
- e) É permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

96. A Lei Orgânica de Santos determina as formas pelas quais a soberania popular será exercida. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma delas

- a) pelo veto;
- b) pela iniciativa popular, no processo legislativo;
- c) pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições;
- d) pela ação fiscalizadora sobre a Administração Pública;
- e) pelo plebiscito e referendo, independentemente de requerimento.

97. Considerando as disposições trazidas pela Lei Orgânica de Santos sobre o Poder Legislativo, assinale a opção correta:

- a) as leis concernentes ao zoneamento urbano dependem de maioria simples.
- b) a Câmara Municipal possui 23 vereadores.
- c) os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Estado.
- d) Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, legislar sobre criação, organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual.
- e) Compete privativamente à Câmara autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal.

98. À luz do que dispõe a Lei Orgânica do Município de Santos, assinale a alternativa correta:

- a) A Procuradoria Geral do Município será organizada por lei ordinária.
- b) A administração pública direta, as autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, companhias, cooperativas habitacionais e fundações públicas mantidas ou instituídas pelo Poder Público obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.
- c) A abertura de sindicâncias e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos, de competência do Prefeito, serão expedidos por meio de decreto.
- d) Todos os bens municipais devem ser administrados pelo Prefeito.
- e) Não compete ao Município de Santos instituir imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.

99. De acordo com a Lei nº 4.623/84 do Município de Santos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A posse ocorre no prazo de 15 dias, contados da publicação oficial do ato de provimento, enquanto que o exercício, em 30 dias, contados da data da posse ou da data da publicação oficial do ato, em qualquer outro caso.

b) O funcionário preso em flagrante ou preventivamente, ou recolhido à prisão em decorrência de pronúncia ou condenação por crime inafiançável, será considerado afastado do exercício do cargo, até a decisão final transitada em julgado.

c) O funcionário investido em cargo cujo provimento, por disposição legal ou regulamentar, dependendo da fiança, não poderá entrar em exercício sem cumprir essa exigência.

d) É considerado efetivo exercício os dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de exercício de outro cargo no Município, de provimento em comissão.

e) Vencimento é a retribuição mensal paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao nível fixado em lei.

100. Considerando as disposições da Lei nº 4.623/84, do Município de Santos, relativas aos deveres dos servidores e à ação disciplinar, assinale a alternativa correta:

a) É um dos deveres dos funcionários proceder publicamente de forma que dignifique a função pública, não podendo o Município se imiscuir na sua vida privada.

b) O funcionário não é proibido de exercer comércio entre companheiros de serviço, no local de trabalho.

c) Nos casos de indenização à Fazenda Municipal, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez e com os acréscimos de lei e correção monetária, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entradas nos prazos legais.

d) A pena de advertência será aplicada por escrito, nos casos de indisciplinas ou falta de cumprimento dos deveres funcionais.

e) Ao funcionário que praticar insubordinação será aplicada a penalidade de suspensão.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PGM-Santos-01-02>



Conheça nossos cursos

Carreira Jurídica

[Cursos PGM - Santos](#)